



RESISTÊNCIA E LUTA DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: DA REBELDIA ANÔNIMA NA SOCIEDADE ESCRAVOCRATA AO ENFRENTAMENTO POLÍTICO NA SOCIEDADE DE CLASSES

Flávia Maria Silva Vieira¹

Resumo: O processo de participação política e inserção social da população negra ao longo dos últimos anos, a constituição e trajetória do movimento negro, assim como os contextos nos quais ele se insere são fundamentais para entendermos os rumos das políticas públicas para a população negra no Brasil. O século XXI descortina um momento ímpar no que diz respeito às relações étnico-raciais no país, marcado pela efetivação de políticas de ações afirmativas para afro-descendentes em diversos setores da sociedade. Os aspectos históricos, políticos e sociais relacionados à organização dos movimentos negros são passíveis de uma maior reflexão num contexto em que a crescente articulação do segmento com a construção de ações específicas é essencial para a superação do quadro de desigualdades sócio-raciais no país.

Palavras-chave: movimentos negros; relações sócio-raciais.

RESISTANCE AND BLACK MOVEMENT'S FIGHT IN BRAZIL: FROM THE REBELLION IN ANONYMOUS SLAVE SOCIETY TO THE POLITICAL FACING IN CLASS SOCIETY

Abstract: The process of political participation and social inclusion of the black population over the past few years, the constitution and trajectory of the black movement, as well as the contexts in which it belongs are fundamental to understand the direction of public policies for the black population Brazil. The XXI century reveals a unique moment concerning racial-ethnic relations in the country, marked by the execution of affirmative action policies for African descent in various sectors of society. The historical, political and social aspects related to the organization of black movements are likely to further consideration in a context where the increasing interconnection of the segment with the construction of specific actions is essential to overcome the framework of socio-racial inequalities in the country.

Keywords: black movements; socio-racial relations.

RÉSISTANCE ET COMBAT DU MOUVEMENT NOIR AU BRÉSIL: DE LA RÉBELLE ANONYME DANS SOCIÉTÉ ESCLAGISTE AU EN FACE POLITIQUE DANS LA SOCIÉTÉ DE CLASSES

Résumé: Le processus de participation politique et l'inclusion sociale de la population noire au cours des dernières années, la constitution et l'histoire du mouvement noir, ainsi comme les contextes dans lesquels il s'insère sont fondamentaux pour comprendre le cours des politiques publiques pour la population noire Brésil. Le XXIe siècle révèle un moment unique en ce qui concerne les relations raciales-ethniques dans le pays, marqué par l'exécution des politiques d'action positive pour le afro-brésilien dans divers secteurs de la société. Les aspects historiques, politiques et sociaux liés à l'organisation des mouvements noirs font l'objet d'un examen plus approfondi dans un contexte où l'interconnexion croissante du segment avec la construction d'actions spécifiques est indispensable pour surmonter le cadre des inégalités socio-raciales dans le pays.

¹ Mestranda no Programa de pós graduação em Ciências Sociais pela UFRN.



Mots-clés: mouvements noirs; relations socio-raciales.

RESISTÊNCIA Y LUCHA DEL MOVIMIENTO NEGRO EN BRASIL: DE LA REBELDIA ANÓNIMA EN LA SOCIEDAD ESCLAVAGISTA AL ENFRENTAMIENTO POLÍTICO EN LA SOCIEDAD DE CLASES

Resumen: El proceso de participación política e inserción social de la población negra en los últimos años, la constitución y trayectoria del movimiento negro, así como los contextos en los cuales él se añade son fundamentales para comprender los rumbos de las políticas públicas para la población negra en Brasil. El siglo XXI descortina un momento impar en lo que dice respeto a las relaciones- raciales en el país, fijado por la efectuación de políticas de acciones afirmativas para afro descendientes en diversos sectores de la sociedad. Los aspectos históricos, políticos y sociales relacionados a la organización de los movimientos negros son pasibles de una mayor reflexión en un contexto en que la creciente articulación del segmento con la construcción de acciones específicas es esencial para la superación del cuadro de desigualdades socio-raciales en el país.

Palabras-clave: movimientos negros; relaciones socio-raciales.

A constituição e trajetória do movimento negro, assim como os contextos nos quais ele se insere são fundamentais para tentar compreender o processo de participação política e inserção social da população negra ao longo dos últimos anos. Desde o início do século XXI, vivenciamos um momento ímpar no que diz respeito às relações étnico-raciais no país, marcado pela efetivação de políticas de ações afirmativas para afro-descendentes em diversos setores da sociedade. Seja na educação, no mercado de trabalho, na mídia ou em outros setores, as ações afirmativas aparecem na formulação de estratégias para inclusão de segmentos socialmente discriminados. Medidas como a criação de leis e decretos visando o desenvolvimento de políticas específicas, como a lei 10.639/03²; a lei de cotas nas universidades; cotas em concursos públicos; programas de bolsas de permanência; cursinhos pré-vestibulares, entre outras, são medidas que vêm sendo aplicadas atualmente no âmbito da educação pública e privada. Começamos a perceber que há sim, discriminação de cunho racial no Brasil e as consequências disso se tornam evidentes quando são realizadas pesquisas relacionando cor *versus* situação social e escolaridade da população negra.

Conforme citado em Carvalho (2006) dados do IPEA entre 2000 e 2001 apontam que dos 25 milhões dos que vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil, 70% são negros. No que se refere à educação superior, *constatamos alarmados que 96% dos*

² Lei que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileiras nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Dispõe também da inclusão do dia 20 de novembro no calendário escolar como feriado.



atuais universitários são brancos (...) (Carvalho, 2006, p. 20). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, a razão de renda domiciliar per capita é de 2,06 entre negros e brancos, ou seja, a renda dos brancos era duas vezes maior do que a dos negros neste período. A expectativa em 2001, de acordo com as pesquisas do IPEA, apontava que somente alcançaríamos uma equiparação de renda entre negros e brancos em 2029. O PNAD de 2007 também mostrou que a desigualdade entre brancos e negros sobre a frequência no ensino superior, sendo a frequência líquida de brancos, três vezes maior do que a de negros³. Dados atuais do PNAD, lançados pela SEPPIR e IPEA em publicação sobre a situação da população negra por estados da federação mostra que

a parcela com menos de 0,5 salário mínimo passou de 65,8%, em 2001, para 38,6%, em 2012, uma redução muito significativa, embora ainda sejam maioria entre os pobres. O total de brancos nesta faixa de renda era de 19,2% em 2012.

(...)

Em relação à população com renda familiar *per capita* acima de 1,5 salário mínimo, entre 2001 e 2012 os níveis de disparidade entre brancos e negros se mantiveram relativamente altos, ainda que com redução das desigualdades. Em 2012, 36,0% da população branca se encontrava nesta faixa, em contraposição aos 15,6% da população negra (IPEA, 2014, p. 18).

Os dados revelam a necessidade da continuidade das ações e políticas voltadas para a população negra, visto que mesmo com a redução de distâncias sociais que têm como plano de fundo a raça, a desigualdade nos indicadores permanece revelando a situação social do negro no país.

A visibilidade crescente voltada para questões ligadas a negros e afro-descendentes se deve muito às manifestações dos movimentos negros e à militância e dedicação de estudiosos da temática racial em esmiuçar a realidade da população negra e o histórico mito da democracia racial, levantando a bandeira de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, reivindicando direitos sociais que foram negados durante séculos de escravidão e que no pós-escravidão continuaram a sê-los.

A primeira grande referência histórica de luta negra foram os quilombos, que ainda hoje influenciam ideologicamente os movimentos sociais negros, dentre outros movimentos. A reformulação do significado de “quilombo” traz para a atual realidade

³ Dados retirados do site www.ipea.gov.br em 14 de outubro de 2008.



de homens e mulheres negras a necessidade de se organizar e romper com os valores tradicionais de opressão e desigualdade social, além de fortalecer o espírito de solidariedade, autonomia e até mesmo um sentido ampliado de luta política.

RESISTÊNCIA NEGRA DURANTE O PERÍODO ESCRAVISTA

A experiência quilombola mais conhecida, o Quilombo dos Palmares, tem registros que datam de 1602 a 1694. Citada como exemplo de anarquismo e comunismo, se opôs à estrutura dominante, contribuindo para a desestabilização da ordem vigente escravista. Os quilombolas prezavam por uma convivência baseada no coletivismo entre seus integrantes e na proposta de liberdade. Durante todo o regime escravista houve formação de quilombos em diversas áreas do país como forma de resistência à escravidão. Alguns atingiram grandes proporções geográficas reunindo expressiva quantidade de indivíduos, outros nem tanto, mas cada um desenvolveu suas maneiras de sobrevivência e organização de acordo com a realidade de sua respectiva região. Considerando a estrutura política e econômica de então, altamente repressora, os negros fugitivos e/ou insurgidos corriam sérios riscos caso fossem pegos por seus “donos”, pois estes últimos tinham respaldo do Estado para agir violentamente contra os seus escravos. Embora todo um conjunto de fatores dificultasse a articulação entre os quilombos, eles utilizavam estratégias militares e políticas para assegurar a existência de sua organização. Alguns senhores, por exemplo, pagavam tributos em troca da garantia de não sofrerem ataques em suas propriedades. Os membros do quilombo também trocavam a produção excedente dos mocambos por armas e outros utensílios entre lavradores e mascates. A respeito dessa cooperação entre aquilombados e a comunidade circunvizinha Moura diz:

Era, como vemos, uma concordata que existia entre quilombos e os grupos e segmentos marginalizados ou oprimidos pelo latifúndio escravista. O quilombo, como vemos, nada tinha de semelhante a um quisto, ou grupo fechado, mas, pelo contrário, constituía-se em pólo de resistência que fazia convergir para o seu centro os diversos níveis de descontentamento e opressão de uma sociedade que tinha como forma de trabalho fundamental a escravidão (Moura, 1981, p.3).

Ainda segundo Moura, alguns estudiosos fazem uma análise injusta sobre as formas de subversão escrava ao atribuir somente ao período do fim do século XIX o



mérito do abolicionismo, tornando irrelevantes os variados tipos de protesto, as lutas, as formações de quilombos que antecederam em muito os ideais abolicionistas dos liberais da época. No decorrer do período escravista houve várias revoltas e rebeliões escravas, mas não caberão aqui maiores aprofundamentos sobre as mesmas. No entanto, faz-se necessário citar algumas no intuito de situar a participação dos negros escravos e alforriados em vários momentos históricos do país. Dentre estes momentos destacou-se a Inconfidência Baiana ou Revolta dos Alfaiates em 1798, como movimento de mobilização popular antiescravista, fruto do descontentamento das camadas mais pobres da população com o governo. A luta pela independência, entre o período de 1822 a 1824, envolveu parcela da população negra esperançosa de mudanças sociais a partir de um novo modelo de Estado. Muitos negros foram incorporados ao combate como força auxiliar, assim como já havia sido durante a invasão holandesa no século XVII.

Sobre a participação negra no processo de independência, Joaquim Nabuco diz:

Nessa formação geral dos espíritos os escravos enxergavam uma perspectiva mais favorável de liberdade. Todos eles desejavam instintivamente a independência. A sua própria cor os fazia aderir, com todas as forças, ao Brasil como pátria (...) Daí a conspiração perpétua pela formação de uma pátria que fosse também sua. Esse elemento poderoso de desagregação foi o fator anônimo da Independência. As relações entre os cativos, os libertos e os homens de cor, entre estes e os representantes conhecidos do movimento, foi a cadeia de esperança e simpatias pela qual o pensamento político dos últimos infiltrou-se até as camadas sociais constituídas pelos primeiros (Moura, 1992).

No entanto, não seria a independência que traria a liberdade para os negros, que haviam servido mais uma vez para engrossar uma luta liderada pelas classes dominantes e que não trouxe benefícios maiores para as camadas populares, as quais continuaram vivendo marginalmente. Aconteceria mais tarde situação parecida durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), onde vários escravos foram convocados para o exército, expondo suas vidas em uma causa que lhes era indiferente mas que, no entanto, garantiria a alforria para os que fizessem parte da luta.

Seguindo para o período pós-independência, apareceram vários levantes com viés republicano e/ou antiescravistas que se alastraram por várias regiões do país. Temos o exemplo da Insurreição dos Malês (1835) na Bahia, que não foi um movimento republicano, mas aconteceu paralelamente a estes e foi bastante significativo por que estava diretamente ligado à condição de ser escravo, além de ter sido meticulosamente planejado pelos malês em suas reuniões secretas. Os malês



tinham um maior fluxo na zona urbana e mantinham contato com negros livres, este foi um fator que facilitou o planejamento da ação. “*O núcleo desses movimentos tinham sido as escolas e os templos maometanos, criados por negros livres, mas freqüentados pelos escravos urbanos*” (Costa, 1989, p.322). Por ser representado por negros da religião muçulmana teve conotação religiosa, expressando insatisfação com as imposições do catolicismo, mas foi, principalmente, um movimento contra a insubordinação à escravidão e o preconceito que sofriam nas cidades. A insurreição não aconteceu como o previsto, foi delatada e seus líderes condenados às duras penas e até mesmo à morte, como era comum na época.

A Revolta dos Cabanos (1835-1840) no Pará e a Balaiada (1838-1841) no Maranhão também tiveram forte participação dos negros escravos e forros. Já a Revolução Farroupilha (1835-1845) que teve interesses econômicos e políticos independentes da questão negra, contou com a participação de escravos que foram alforriados exclusivamente para participar da luta, já que não haveria tanto prejuízo de mão-de-obra para os senhores da região em conflito.

As rebeliões negras aconteciam freqüentemente, ainda que, em sua maioria, fossem de pequeno porte, tinham como meta principal a fuga de escravos, mas acabavam sendo rapidamente reprimidas pelas forças policiais locais. Como diz Costa: “As insurreições de largas proporções foram pouco numerosas, mas os assassinatos, as fugas, o quilombo, mantinham em permanente temor a população branca, que os boatos de agitação de escravos traziam em freqüente alarma” (1989 p. 323).

Rebelião relevante aconteceu no município de Vassouras, no Rio de Janeiro em 1838, “onde cerca de trezentos cativos, haussás, se sublevaram sob a chefia do preto Manuel Congo, tendo sido violentamente reprimida pelas tropas legais. O chefe foi condenado à forca e os demais líderes a seiscentos e cinquenta açoites, além de uso de gargalheira com haste pelo prazo de três anos” (idem).

A maioria das rebeliões, assassinatos e suicídios que aconteceram nessa época partiram muito mais de tentativas espontâneas de fuga de determinada situação de submissão e maus tratos, do que do interesse de grupo organizado e coeso com finalidade política, porém, organizado de acordo com o que era possível para a realidade sócio-política de então. Por isso não vem ao caso caracterizá-lo ou descaracterizá-lo enquanto movimento social, mas ressaltar estes protestos, insurreições e outras manifestações como embrião de uma luta negra que teve a sua relevância na



desestruturação do escravismo, assumindo um papel histórico naquela sociedade. Vale lembrar que algumas rebeliões tiveram estratégias planejadas, pontuais, objetivos bem definidos e poderiam ter tomado uma proporção muito maior se não fossem as circunstâncias tão desfavoráveis para a articulação entre os escravos. Exemplo disso foi citado em Moura (1981) ao mencionar a insurreição numa propriedade em Ilhéus no ano de 1789, onde os escravos pararam o trabalho e fizeram carta de reivindicação por diminuição da jornada de serviço e autonomia sobre os instrumentos de trabalho entre outras (1981, p.73-74). Este fato serve de ilustração para demonstrar como alguns grupos foram além do que é relatado na maioria dos registros históricos. As manifestações negras foram durante muito tempo silenciadas e deslegitimadas através de mecanismos do Estado, muitos líderes foram mortos, não lhes restando nenhum mérito. Somente mais tarde o protesto negro assumirá novas dimensões políticas e mostrará reconhecimento pelas lutas de seus antecessores.

A ABOLIÇÃO E OS INTERESSES DO ESTADO NACIONAL

A abolição da escravatura carregava consigo um misto de interesses econômicos e políticos e o medo da revolta dos escravos libertos contra a elite branca. Tanto da parte dos conservadores quanto dos abolicionistas havia uma preocupação com esta possibilidade. Os abolicionistas engajaram-se em transmitir a idéia de que o fim da escravidão era necessário para o desenvolvimento nacional, assim como era fundamental a presença do imigrante para acelerar a economia rumo ao patamar de países industrializados, como Inglaterra e Estados Unidos.

Desde a época que marca o início do processo de independência do Brasil é demonstrado pelas elites o sentimento de criar uma identidade nacional. Porém, a necessidade de projetar um tipo brasileiro demandava que fosse extinta a tradicional subordinação que existia na relação entre escravos e senhores, visto que isso distanciava parcelas da população, quebrando laços da unidade almejada, além de acarretar um estado iminente de conflito social e manchar a imagem do país, colocando-o como atrasado na escala internacional. Nos discursos correntes da época, tratava-se a questão racial como classificatória da identidade nacional, tornando clara a importância de se legitimar a homogeneização tanto racial, como cultural.



Em tal esforço de homogeneização, Bonifácio definiu o “índio” e o “negro” como problemas a serem resolvidos, exatamente na medida do seu afastamento em relação ao “nacional”, contrapondo, de um lado, “índios” e “negros” como os que viriam a ser nacionais e de outro os que já eram brasileiros (Ramos, 2002, p.135).

No geral, a referência para o Estado nacional estava ligada ao pensamento de que a melhor imagem do país deveria estar associada aos padrões europeus, fisicamente e culturalmente brancos. No final do século XIX, o racismo científico veio somente para respaldar as idéias já correntes entre brasileiros, de que as raças não-brancas eram tidas como inferiores e descreditadas para atuar na formação social, cultural e política da Nação. A presença dos imigrantes europeus, antes mesmo da abolição, foi pensada e financiada pelo Estado não só no sentido da produção econômica, mas também no sentido da miscigenação, com o objetivo de “regenerar” a população brasileira através do branqueamento racial. O novo projeto de sociedade não foi muito além das barreiras do universo escravista, por vezes caindo em contradição. Ao mesmo tempo em que os brasileiros se apropriavam da explicação científica para o racismo, a qual defendia a não-miscigenação, criava-se uma “série de medidas que tornassem preferencial o casamento de índios e negros com mulatos e brancos. (...) havia uma clara hierarquização racial na definição de quais elementos deveriam entrar em processo de miscigenação e qual o papel reservado a cada um” (Ramos, 2002:146). O Estado teve um papel fundante na construção de uma nação baseada na desigualdade racial. Ao criar uma política de incentivo à imigração europeia, institucionalizou a marginalidade da população negra.

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Na nova realidade, a subordinação e marginalização do elemento negro mudaram apenas de circunstâncias. Agora o mesmo passava da condição de escravo para a de “ex-escravo”, com mínimas perspectivas de vida, ocupando papel secundário numa estrutura hierarquizada social e racialmente em nome da unidade sócio-cultural. Ou seja, a construção da identidade nacional tinha como pressuposto a valorização de um tipo branco “civilizado” em detrimento dos “não-brancos”, considerados biologicamente inferiores.



Mesmo depois do fim da escravidão, a sociedade conservou padrões de relações humanas baseados na cor da pele. Alguns indivíduos negros e mulatos conseguiram certa ascensão social, principalmente os mulatos; estes assimilaram a nova ordem e foram mais bem aceitos entre as elites. A circulação gradual do elemento negro entre os meios que antes eram exclusivamente brancos favoreceu a idéia da democracia racial.

O mito da democracia racial serviu como uma espécie de mecanismo social para mascarar o racismo que permeou a formação da nossa sociedade, e se solidificou de forma bem particular no plano simbólico e estrutural. Ainda que passemos por avanços e mudanças de postura em relação ao racismo no Brasil, continua corrente o discurso embasado pelo mito da democracia racial nos dias atuais.

As problemáticas que envolvem questões raciais muitas vezes não são consideradas relevantes, sobrepondo-se a elas, questões de origem econômica e social. Esta realidade inibe a mudança nos índices da população negra pela dificuldade em se discutir a criação de políticas públicas de caráter particularista. Assim, atribui-se ao indivíduo total responsabilidade pela sua mobilidade social, tornando o Estado livre de compromissos com a população de cor.

Sustentou-se um discurso em que a sociedade, desde sua formação, foi caracterizada pela harmonização de culturas, o que equilibrou os antagonismos entre as diferentes raças, ao mesmo tempo em que facilitou a mobilidade social, incluindo o acesso de mestiços a elevadas posições políticas e sociais (Freyre, 2001, p.127). Este pensamento caracterizou bastante o Brasil na década de 1930, no momento em que o país procurava romper com as oligarquias e o modelo agrário para assumir o modelo industrial. A exigência de mão-de-obra especializada dificultava a entrada dos negros num mercado de trabalho que se tornava cada vez mais competitivo em função da demanda crescente da população, principalmente nos grandes centros do país.

OS PRIMÓRDIOS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

Diante da falta de oportunidades para a comunidade negra, começa-se a perceber um discurso antidiscriminação e de oposição às classes dominantes. A imprensa negra⁴ já vinha atuando desde o início do século XX, com seus periódicos em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A proliferação de jornais com

⁴ Ver mais sobre a imprensa negra em Santos (2005).

exclusividade para a realidade dos negros servia como escape para o descontentamento e as mazelas das comunidades negras. Esse período da suposta “democratização do trabalho”, na década de 30, marca a criação de movimentos sociais negros, destacando a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, em São Paulo. Segundo Maria Auxiliadora Gonçalves (1994) esses movimentos têm características reivindicatórias pautadas na inclusão do negro na sociedade, através da dissolução das barreiras simbólicas de exclusão e a concessão de melhores oportunidades.

Nas análises dos autores como Seyferth (1983) e Valente (1986), a FNB assume, diante de suas reivindicações, um caráter político de sentido assimilacionista, uma vez que, no contexto dessa inclusão procurada, não se percebia nenhuma mudança na estrutura vigente (Silva, 1994: 47).

A Frente Negra Brasileira projetou-se nacionalmente, fundando núcleos em vários estados do Brasil. Engajou-se principalmente na assistência social para a população negra no campo da educação e saúde, ainda promoveu vários eventos culturais direcionados para a agregação dos indivíduos negros, além das publicações em periódicos visando à conscientização da sociedade em relação ao racismo e à discriminação. Apresentou durante sua trajetória, conotações políticas controversas. Alguns de seus líderes tiveram ligação com a Ação Integralista Brasileira, absorveu influências ideológicas baseadas no modelo fascista e por assumir posturas autoritárias foi taxada como organização racista por parte da sociedade. A FNB adotou um discurso patrianovista⁵ que pregava o retorno dos moldes monárquicos e a valorização do catolicismo (Domingues, 2006). Por motivos de divergência política, alguns membros se distanciaram e formaram a Frente Negra Brasileira Socialista. Com o início do Estado Novo, a FNB foi fechada logo depois de se transformar em partido político. As ações dos movimentos populares não tiveram espaço durante este período e somente depois da fase Getulista é que iriam aparecer algumas expressões do movimento negro.

As manifestações dessa época tiveram, de acordo com Cunha Jr. (1978), duas correntes: a primeira caracterizada pela preocupação com a massa, em busca de melhorias gerais; e a outra com ascensão social individual, cujas idéias elitistas

⁵ Em 1932 foi fundada a Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB). Arlindo Veiga dos Santos foi fundador do patrianovismo no Brasil e também presidente da FNB. O patrianovismo foi um movimento de ultradireita, que defendia a volta da monarquia e pregava um modelo nacionalista e cristão para o país. Alguns de seus membros atuaram também na Ação Integralista Brasileira (AIB) (Domingues, 2006).



e reacionárias conduziram a constantes choques com a corrente das massas (Silva, 1994, p.48).

Em 1944 surge o Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro, encabeçado por Abdias do Nascimento, cujo objetivo era trabalhar com a questão social do negro. Em seus trabalhos enfatizou as relações raciais na sociedade, tratando de expor a situação da comunidade negra, que acabava sendo prejudicada psicologicamente e socialmente perante os mecanismos de discriminação. O TEN teve um importante papel educativo, através da precursora arte dramática negra preparou e lançou artistas negros e temáticas relacionadas, quebrando os padrões que circulavam no meio teatral e televisivo em que o negro era visto sempre de forma caricaturada e depreciativa. Na tentativa de abrir espaços para atuação política, criou-se o Comitê Democrático Afro-brasileiro, onde seria discutida a participação política das comunidades negras na nova conjuntura social, pós Estado Novo. Também foram organizados a Convenção Nacional do Negro que aconteceu em São Paulo (1945) e Rio de Janeiro (1946) e o I Congresso do Negro brasileiro em 1950 no Rio de Janeiro, além do Conselho Nacional de Mulheres Negras como forma de reconhecimento da inserção da mulher negra na construção política dos movimentos sociais (Nascimento, 2004; Silva, 1994). Nesse momento percebe-se uma tendência para a politização do movimento decorrente de questionamentos das comunidades negras sobre o modelo de sociedade em que viviam, os conflitos raciais internacionais, a formação dos movimentos de libertação na África e pelos direitos civis nos Estados Unidos provocaram um sentimento de unidade de luta internacional.

Na década de 50, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), financiou um ciclo de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Diante do contexto recente do holocausto nazista e da tensão político-ideológica que tomava conta do mundo no pós-guerra, era preciso encontrar um modelo para uma civilização sem conflitos raciais. Estas pesquisas representaram uma mudança acerca da ótica nacional e internacional sobre as relações raciais no país. Inicialmente o Brasil era tido como referencial em termos de harmonia sócio-racial. Com os estudos feitos a partir de então, este pensamento foi reformulado, trazendo à tona a complexidade racial do Brasil com suas peculiaridades, mostrando os quadros de preconceito e discriminação dos quais o país não estava imune. Além do projeto de pesquisa



patrocinado pela UNESCO revelando as disparidades sobre a realidade das relações raciais no Brasil, tudo levava à necessidade de agregar forças e delimitar o campo de luta do movimento negro e suas reivindicações. É exatamente na elaboração dessas reivindicações que surgem os conflitos ideológicos entre militantes que por vezes anulavam o desenvolvimento das associações e grupos negros, visto que as divergências e conseqüente polarização entre deter-se ao plano cultural e partir para um confronto no plano político acabavam desestruturando o movimento.

Em 1954 foi fundada a Associação Cultural do Negro em São Paulo que foi desarticulada com o golpe de 64, ficando apenas no campo da assistência social. A União dos Homens de Cor (UHC), fundada em Porto Alegre em 1943, tinha como proposta a inclusão social de negros. Trabalhava no sentido de educar a população negra, auxiliando-a nos custos para a formação educacional; prestava também assistência médica entre outras assistências básicas.

Assim, presentes na educação, na saúde e na política institucionalizada, acreditavam os da UHC que estariam abrindo caminho para o 'alevramento moral das pessoas de côr'. A assistência social era, então, o caminho mais imediato para se conseguir este objetivo (Silva, 1994, p. 228).

A UHC tinha uma estrutura bem burocratizada e se estabeleceu em alguns estados do país. Atuava também na formação de lideranças para a disputa política nas esferas municipais e estaduais, conforme previa o estatuto geral.

NOVA ROUPAGEM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS NOVAS CONCEPÇÕES ACERCA DA REALIDADE RACIAL DO PAÍS

A partir do final da década de 70, os movimentos sociais de uma forma geral ganham mais expressão e adquirem uma nova conotação, agora mais lapidada com relação aos posicionamentos políticos e estratégias de lutas. O Movimento Negro Unificado surge inicialmente em São Paulo como forma de melhor definir o sentido da luta negra e dar maior respaldo e visibilidade para o movimento negro através de uma articulação nacional. Espalha-se por vários estados e passa a fazer parte do cenário dos novos movimentos sociais, por representar a particularidade da questão negra, a autonomia enquanto movimento e a oposição à ordem vigente. A comunidade negra passa a intervir mais nas instâncias governamentais através dos Conselhos. A lei Caó de



1989 definiu as penalidades para a prática racista, que já havia sido colocada pela constituição como crime inafiançável.

A partir da segunda metade do século XX, o enfoque jurídico sobre a questão tinha uma tripla característica: quanto aos sujeitos, fundava-se em atos e práticas discriminatórias e racistas realizadas entre particulares, individualmente considerados; quanto ao aspecto temporal da lesão ou da ameaça de lesão a direitos dos negros, referia-se ao momento presente; e, quanto ao campo do Direito, estava-se predominantemente, na esfera do direito penal (Vieira Jr., 2005, p.82).

Somente na década de 90 é que o Estado reconhece publicamente o papel discriminatório que teve ao longo dos anos e passa a legitimar de certa forma as prioridades da comunidade negra. No momento em que o Estado assume o racismo institucional, assume também a responsabilidade sobre as garantias básicas para a igualdade de condições social e econômica entre brancos e negros. Diante desse contexto, as ações compensatórias passam a ser as que melhor contemplam as demandas da população de cor. Em 1995 é composto o Grupo de Trabalho Interministerial com finalidade de desenvolver políticas públicas para a promoção da igualdade racial. Após a Conferência de Durban (2001), o governo FHC cria o Programa de Ações Afirmativas, e em 2003 o governo Lula cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Algumas medidas referentes às questões étnicas foram tomadas no campo jurídico e administrativo, e pelo menos nos últimos vinte anos aconteceram eventos significativos para o debate e a prática das ações afirmativas.

A criação de espaços e a efetivação destas políticas, principalmente na área da educação, têm causado grande impacto acerca das percepções do racismo no Brasil, o problema é que o processo de diluição do mito democracia racial ocorre muito lentamente e a verdadeira democracia racial ainda está um pouco distante da nossa realidade. O movimento negro sofre o reflexo da desmobilização decorrente da visão de que os conflitos raciais não interferem diretamente na vida social. A idéia que predominou e ainda é recorrente nos discursos midiáticos é de que o problema deve ser considerado somente como questão de classe, exatamente porque ainda soa como absurdo a efetivação de políticas de cunho particularista para negros.

As divergências internas do movimento negro giram em torno dessa contraposição da questão de classe e raça, e também entre as estratégias de luta



utilizadas que ainda se balizam muito mais na intervenção cultural do que na intervenção no plano político e estrutural da sociedade. Segundo Pinho (2002), Hanchard caracteriza os movimentos negros de São Paulo e Rio de Janeiro nesse sentido em seu livro *Opheus and power* (1994), onde destaca a hegemonia racial da sociedade como fator ideológico atuante no imaginário de seus membros e o culturalismo como prática limitada para ascensão política do movimento e conscientização da sociedade:

Contudo, argumenta Hanchard, práticas culturalistas têm sido um impedimento para o avanço da luta política negra no Brasil na medida em que significam uma reprodução de tendências culturalistas presentes na ideologia da democracia racial existente. Culturalismo é definido como a equação entre práticas culturais e a negação (ocultação) dos aspectos normativos e políticos do processo cultural tal como ele se desenvolve habitualmente. Em políticas culturalistas, práticas culturais operam como um fim em si mesmo, símbolos e artefatos afro-brasileiros e afro-diaspóricos tornam-se reificados (são tornados coisas) e commodified (são tornados mercadorias). Cultura torna-se um repertório inerte e não algo enraizado em processos culturais dinâmicos e em ambientes sociais desiguais. Contra-hegemonia é, por fim, o processo por meio do qual significados dominantes são solapados, perdendo seu sentido e valor, e novos significados emergem, a partir desta luta, com valores próprios (Pinho, 2002, p. 416-417).

De fato, o movimento negro nacional esbarra nestas dificuldades em sua unidade teórico-política e prática referente às questões de direcionamento das lutas. Atualmente há a tentativa de reformulação do movimento negro por parte de setores da esquerda, visando a atuação tanto no sentido de combater o racismo como criar novos espaços políticos para tal. A intenção é desvincular as ações do movimento negro dos interesses e instituições governistas, dando maior autonomia para as entidades e legitimidade junto às suas bases. A junção da luta contra o racismo e contra o capitalismo tem servido como base para os setores mais radicais na reformatação dos movimentos negro no século XXI. Mesmo dentro da “esquerda”, movimentos que se intitulam socialistas divergem nos campos prático/teórico. Em relação às ações afirmativas, as posições ainda se conflitam nestes movimentos, exatamente pelas prioridades que são dadas às discussões sobre raça ou classe e como devem se projetar as ações políticas no cenário social, através de políticas universalizantes ou particularistas? Cláudio Reis em artigo destaca a visão de Florestan Fernandes sobre esta oposição dentro dos MN:



Para ele, no Brasil classe e raça são dois elementos explosivos e revolucionários e que por isso devem ser unidos. Simbolicamente o 1º de maio dia do trabalho e o 20 de novembro dedicado a Zumbi, representam os laços econômicos, morais e políticos que prendem os oprimidos entre si e subordinam todas as suas causas a uma mesma bandeira revolucionária. Assim, os comunistas devem saber que o “preconceito e a discriminação raciais estão presos a uma rede da exploração do homem pelo homem e que o bombardeio da identidade racial é prelúdio ou o requisito da formação de uma população excedente destinada, em massa, ao trabalho sujo e mal pago (Fernandes, 1989 p.28 apud Reis, 2004).

Ainda segundo Cláudio Reis, para Florestan Fernandes (1989) o distanciamento entre o movimento negro e os ideais comunistas é atribuído ao direcionamento dos partidos comunistas para a luta estritamente classista e o desmerecimento para a particularidade da questão negra no Brasil. Por outro lado, a proximidade dos movimentos negros com as elites em detrimento das relações com a base favoreceu um certo antagonismo durante algum tempo entre a militância negra e a militância dos trabalhadores.

O movimento negro já atravessou diferentes fases, desde a rebeldia anônima na sociedade escravocrata, onde os sujeitos não tinham sequer autonomia sobre si mesmos, sendo sistematicamente reprimidos pelas forças dominantes. Passou por avanços e retrocessos, até chegar na sociedade de classes contemporânea, onde as relações se dão de forma cada vez mais complexa. É preciso considerar que o cenário para discutir raça se ampliou e as políticas públicas implementadas têm sido positivas para a conscientização da população. Porém, aspectos negativos ainda permanecem nas organizações do movimento negro e nas práticas sociais, como o clientelismo e a partidarização dos movimentos, por outro lado tem-se uma crescente articulação independente se inserindo nesse contexto na tentativa de construir novas perspectivas para a população negra e para a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Jorge de Carvalho. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas*. 2ª ed., São Paulo: Attar Editorial, 2006.

COSTA, Emília Maria Viotti. *Da sanzala à colônia*. 3ª ed., Editora brasiliense. São Paulo, 1989.

DOMINGUES, Petrônio. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!”. *Varia história*, vol.22, nº 36 Belo Horizonte, Dez/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200015&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 43ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2001.

IPEA, Situação social da população negra por estado/ Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: IPEA, 2014.

MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PINHO, Osmundo de Araújo. *Corações e Mentes do Movimento Negro Brasileiro*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v.24, n.2, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a09v24n2.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

RAMOS, Jair de Souza. “O Brasil sob o paradigma Racial: Sociologia Histórica de uma Representação”. Em: Pena, Sérgio D. J. *Homobrasilis: aspectos genéticos lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. 2ª ed. SP, funpec, 2002, pp. 131-148.

REIS, Cláudio. *Movimento negro e relação Classe/Raça*. Revista Espaço Acadêmico. Nº 40, Set/2004. Disponível em:< <http://www.espacoacademico.com.br/040/40creis.htm>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

SANTOS, José Antônio dos. “Imprensa Negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros”. Texto apresentado em GT no XXIII simpósio da ANPUH, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/josesantos.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

SILVA, Maria Auxiliadora da. *Encontros e desencontros de um movimento negro*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1994.

VIEIRA JR., Ronaldo Jorge A. “Rumo ao multiculturalismo: A adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra”. Em: SANTOS, Sales Augusto dos. (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

*Recebido em junho de 2016
Aprovado em setembro de 2016*